

Fiocruz quer saber realidade dos trabalhadores "invisíveis" da Saúde

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) está realizando uma pesquisa inédita e muito importante: Os trabalhadores invisíveis da Saúde: condições de trabalho e saúde mental no contexto da Covid 19 no Brasil.

Atento às dificuldades e necessidades dos servidores da Saúde, o Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência dos Estados de Goiás e Tocantins (Sintfesp – GO/TO) realizou na tarde desta quarta-feira (24) uma live para divulgar a iniciativa.

A socióloga e pesquisadora da Fiocruz Maria Helena Machado explicou aos internautas que acompanharam a live – retransmitida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS), Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás (Sint-Ifes), Sindicato dos Trabalhadores no Sistema Único de Saúde no Estado de Goiás (Sindsaúde-GO) e Rádio Trabalhador – a importância de dar visibilidade a um enorme leque de profissionais que, embora à frente do combate contra a pandemia, não são lembrados, às vezes, nem mesmo pela equipe de saúde.

Óbitos

“No Brasil, mais de um 1,5 milhão de trabalhadores de nível técnico/auxiliar da Saúde enfrentam diariamente não só milhares de novos casos e centenas de óbitos relacionados à Covid-19 nos hospitais e unidades de saúde, mas também encaram um cotidiano anônimo e, por vezes, de “invisibilidade” diante da própria equipe, suas instituições e a

sociedade em geral”, pontuou Maria Helena.

A pesquisadora salientou que embora executem serviços de extrema importância, pouco se sabe qual é o perfil e a real situação de trabalhadores técnicos, auxiliares e de apoio das equipes de Saúde. O que salta aos olhos é que cerca de 1,5 mil profissionais da área já morreram em função da pandemia.

A pesquisa considera trabalhadores invisíveis da Saúde os técnicos e auxiliares de enfermagem, de Raio X, de análise laboratorial, de farmácia, maqueiros, motoristas de ambulância, recepcionistas, pessoal de segurança, limpeza e conservação e agentes comunitários de saúde.

O objetivo da pesquisa é analisar

as condições de vida, o cotidiano do trabalho e a saúde mental dessa força de trabalho buscando as alterações a que tiveram que se submeter emergencialmente durante a pandemia.

Para participar desse levantamento tão importante, o/a trabalhador/a deve acessar o portal da Fiocruz - portal.fiocruz.br/ - e responder. É apenas uma página. Em poucos minutos você, que pertence a uma das categorias pesquisadas, poderá dar sua contribuição a esse levantamento que tem a credibilidade da Fiocruz e será fundamental para mostrar o que vem acontecendo entre os trabalhadores “invisíveis” e imprescindíveis da Saúde.

Link da pesquisa: www.ensp.fiocruz.br

Fonte: CUT

“Sindsep Entrevista”

O programa semanal “Sindsep Entrevista”, apresenta nesta sexta (26/02), o economista do IPEA - Instituto de Pesquisa Aplicada, Carlos Ocké; na pauta o “Orçamento do SUS”.

O SINDSEP ENTREVISTA vai ao ar todas as sextas-feiras às 10 da manhã e transmitido ao vivo pela página do Sindsep/MA no facebook.com/Sindsep.MA.

SINDSEP Entrevista



RICARDO MILAN
Jornalista - SINDSEP/MA
DRT 785 MA



CARLOS OCKÉ
Economista do Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada - IPEA

DESMONTE NÃO É REFORMA.

Responda a ENQUETE e ajude-nos a otimizar a luta contra o desgoverno Bolsonaro.





Quase 200 deputados assinam autoria da PEC que dificulta prisão de parlamentar

A Câmara discute nesta quinta-feira (25) o mérito da PEC 3/2021, que dificulta prisão e afastamento de parlamentares pela Justiça. A chamada PEC da Imunidade contou com a assinatura de quase 200 deputados de partidos do PSDB, PP, Pros, Republicanos, PSL, DEM, PTB, Cidadania, PV, Avante, MDB, Solidariedade e PSD.

Ontem os deputados aprovaram, por 304 votos a favor, 154 votos contra e duas

abstenções, a admissibilidade de PEC. O texto foi apresentado na terça-feira (23), vai à comissão especial, e deve passar pelo primeiro turno de votação ainda hoje.

A matéria foi criticada por diferentes parlamentares e entidades civis por atropelar os ritos da Casa, sem ter sido analisado pela Comissão de Constituição e Justiça. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse em entrevista coletiva na manhã de

hoje que "o debate de admissibilidade deveria se ater apenas à sua constitucionalidade" e que o que estava sendo discutido pela imprensa "não condiz com a realidade do princípio que queremos estabelecer". Lira disse ainda que a presidência não é dona da Câmara o mérito deve ser analisado pelo plenário. "Não importa como as matérias chegam, mas sim como elas saem", afirmou.

Fonte: Congresso em Foco

Funai: Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas informa que concurso é prioridade em 2021

Em entrevista feita nesta segunda-feira (22/2), o coordenador-geral de Gestão de Pessoas da Fundação Nacional do Índio (Funai), Paulo Henrique de Andrade, informou que atuar com foco na aprovação da autorização de concurso público para sanar o atual déficit no quadro de efetivos é uma das ações prioritárias da instituição este ano. A entrevista foi dada à própria Funai.

Segundo o coordenador-geral, a Funai também está trabalhando para reequilibrar a força de trabalho em todas as unidades da fundação, ter todos os cargos e funções ocupados por titulares e substitutos, materializar a carteira funcional e os uniformes para os servidores, continuar com as visitas técnicas às Coordenações Regionais da Funai e atuar com foco na recuperação de recursos públicos por meio de reposição ao erário.

Concurso de remoção interna

Em 2020, a Funai abriu concurso de remoção interna para servidores, seleção que costuma preceder a abertura de um novo concurso público. Os funcionários que tinham vontade de fazer transferência interna entre as unidades da Funai puderam se inscrever no concurso de 20 de novembro a 3 de dezembro.

800 vagas solicitadas

Em julho do ano passado, a Funai encaminhou ao Ministério da Justiça e Segurança Pública solicitação para autorização de abertura de um novo concurso público. O pedido foi para o preenchimento de 826 vagas, destinadas a cargos com exigências de ensino médio e nível superior, com remunerações iniciais de até R\$ 6.420,87. A distribuição das oportunidades pelos postos não foi confirmada.

Último concurso

O último concurso da Funai foi lançado em 2016. Os candidatos disputaram 220 vagas para os cargos de contador, engenheiro agrônomo, engenheiro nas áreas de agrimensura e civil e indigenista especializado. As remunerações variaram de R\$ 5.345,02 a R\$ 6.330,31.

Os candidatos foram avaliados por prova objetiva. A avaliação discursiva e objetiva acerca de língua portuguesa, raciocínio lógico e quantitativo, direito constitucional e administrativo, legislação indigenista, informática básica, administração pública e conhecimentos específicos de cada cargo.

Os aprovados puderam optar para serem lotados nas Unidades da Funai nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia e Roraima. Validade de um ano.

Fonte: servidorpblicofederal.blogspot.com.